

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

Silenciado pelo destino

Perfil do grafiteiro surdo Odrus

Luana Pereira Silva

BRASÍLIA

2017

Silenciado pelo destino. É o que diz a tatuagem que cruza o peito de Rafael Caldeira dos Santos, conhecido como Odrus (surdo de trás para frente) pelos amantes de grafite do Distrito Federal. O grafite é uma arte em movimento. E foi em um desses movimentos, que eu conheci o homem por trás das artes coloridas que permeiam os muros de Planaltina, cidade onde moro, e decidi compartilhar um pouco da história dele. A vida é complexa. Enquanto jornalistas, abrimos janelas para mundos e vivências que, frutos da realidade, precisam de um olhar sensível e humano para serem compreendidos. Relatos reais assustam porque são duros, mas será que por isso devemos escondê-los? O contador partilha o que viu e ouviu, da melhor forma que pode, e o receptor passa a conhecer algo que aconteceu e que não presenciou com a curiosidade de um pesquisador à respeito da condição humana.

Rafael é um homem alto, negro e forte. Quem o vê talvez o ache parecido com um cantor de *rap* norte-americano. Nasceu em Brasília no dia 16 de novembro de 1982. A mãe, Zinólia (Zinha) Caldeira, originária de Riachão das Neves, cidade do interior da Bahia, mudou-se para o Distrito Federal com a avó dele, Dionice, e as duas tias, Nilza e Maria, quando ela tinha dez anos de idade. O pai era viciado em jogos de azar e fugiu da pequena cidade baiana para se esconder das dívidas que possuía. Partiu sozinho para morar no Goiás, onde tinha parentes residentes. Apenas três anos depois que a esposa e as duas filhas foram morar com o pai no novo estado. A casa em que moraram tinha o chão de barro e era de palha. Zinha conta que a região abrigava muitas cobras, e às vezes as via no próprio quintal de casa. Lembra que uma vez o pai viu uma cascavel dentro da casa mas não conseguiu matar e todos passaram a madrugada acordados porque não podiam dormir a saber que havia uma cobra escondida no lar da família.

O pai de Zinha tinha alguma doença no coração, mas a família nunca soube exatamente o diagnóstico por não haver hospitais ou médicos próximo ao local onde moravam. Sete meses depois que estavam todos morando juntos, o avô de Rafael faleceu na cama em que dormia. Dionice tinha parentes que moravam no Distrito Federal, e por não ter condições de criar as três filhas decidiu deixar Zinha na cidade de Sobradinho para morar com uma tia, enquanto ela e as outras filhas voltavam para a Bahia.

A tia, chamada Nilza (o mesmo nome da irmã) tinha dez filhos. Trabalhava como empregada doméstica e o marido funcionário da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Moravam em um barraco de madeira e dormia mais de uma pessoa em uma cama de solteiro. A situação era difícil. Zinha não estudava e pouco tempo depois teve que ir morar na casa de uma amiga da tia para aliviar a situação das muitas pessoas que moravam no barraco. Tinha onze anos de idade e foi morar na casa da colega de Nilza para trabalhar em troca da moradia e comida. Foi quando começou a trabalhar.

Quatro anos depois, a mãe de Zinha e as irmãs vieram morar em Sobradinho porque não conseguiam emprego em Riachão das Neves. Moravam de aluguel em um cômodo alugado dentro de uma casa. Moravam em um quarto que tinha a cozinha, cama, tudo junto em um único cômodo, do lado de fora só tinha um banheiro para todos os moradores da casa. Moravam junto cinco famílias em um único lote separado em cômodos alugados. Nessa casa conheceu Dedé, mestre de obras e amigo de um dos residentes.

Dedé tinha quarenta anos, Zinha quinze. A diferença era de vinte cinco anos e ela ainda era menor de idade. Era originário de Minas Gerais. Namoraram durante dois anos, entre brigas e término, até a moça engravidar e ele não aceitar o filho. Zinólia desconfiava que ele tinha outra família em segredo. Ocorreu tudo bem na gravidez mas o filho nasceu morto. Os médicos a informaram que ela estava com sífilis e por isso o bebê não resistiu. A mulher conta que as duas notícias foram devastadoras. Dedé transmitiu a dor para ela. Passou muito tempo triste, seria o primeiro filho e já tinha comprado o berço, as roupinhas.

Depois de um ano engravidou de novo de Dedé. Nasceu Rafael Caldeira dos Santos, um menino grande, gordo e surdo. Para a surdez os médicos apresentaram duas possibilidades: a sífilis, que Zinha tinha tido, ou a proximidade com um casal, que morava com ela no mesmo barraco, que tinha rubéola. Ao certo nunca soube.

Zinólia conta que Dedé não queria o filho mas que não a tratava mal. Durante a gravidez ainda namoravam mas não foi ao hospital quando Rafael nasceu. “Eu percebia que ele não dava a menor atenção para o meu menino”, diz. Quando a criança tinha

quatro anos de idade, o pai ausente sumiu de vez e Zinha relata ter acreditado que tinha até falecido porque demorou a voltar aparecer (apenas cinco anos depois).

Rafael, em sua visão pessoal, desde menino acredita que o abandono do pai foi por conta da surdez. “Meu pai nunca teve interesse por mim. Eu tenho no meu íntimo que é porque sou surdo. Pode ser que na época tenha conhecido outra mulher e por isso tenha largado a minha mãe, mas acredito que o fato de ter um filho que possui deficiência foi o estopim para ele ter ido embora”, diz. Já Zinha acredita que é porque ele tinha outra família.

Era a nossa primeira entrevista, e primeira pergunta, e o clima pesado já havia se instaurado sobre nós. “Você se culpa pela separação dos pais?”, eu perguntei. Estávamos na sala de estar da minha casa em Planaltina, sentados no sofá suede, um tipo de revestimento leve e suave, de cor *cappuccino*, quando ele olhou para as almofadas de linho e respondeu: “As pessoas fazem o que elas querem fazer, não tem como colocar a culpa em alguém além das escolhas pessoais de cada indivíduo.”

*

Rafael cresceu em um mundo onde a dificuldade de comunicação, seja com os professores, os colegas de classe, com os vizinhos e até mesmo com a mãe e irmã, era tão marcante que parece que sua vida foi permeada pela “descomunicação”. “Era difícil me comunicar em um mundo ouvinte, mas nunca foi impossível. Sempre consegui me virar. Claro que isso pode ter afetado a minha formação, tanto para o bem como para o mal, mas nunca foi um impeditivo de nada. Consigo me virar com os sinais conhecidos, como o de comer, fome, calor e frio. Quando as pessoas se dispõem a conversar comigo, elas conseguem”, diz.

A língua brasileira de sinais (lsb – Libras) é a segunda língua oficial do Brasil, depois do português, reconhecida por lei. Apesar das “manhas” e do “jeitinho brasileiro” para conseguir se comunicar entre os ouvintes com os quais se relaciona, ao contrário do que o senso comum possa acreditar, a libras não se resume em conversa por meio de mímicas ou gestos aleatórios. Como as diversas línguas naturais e humanas existentes, ela

é composta por níveis linguísticos como: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais também existem itens lexicais, que recebem o nome de sinais. Assim sendo, para se comunicar em libras, não basta apenas conhecer sinais. É necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo comunicação.

É necessário dizer que a tradução da libras para o português é desafiadora. A composição gramatical é diferente o que força uma adaptação textual entre as línguas para dar coesão e coerência para a conversão do respectivo idioma. Caso a tradução fosse feita de forma literal, por exemplo, não faria o menor sentido para ambas as línguas.

A mãe de Rafael morava sozinha com o filho em Santa Maria, desconhecia a língua de sinais e tampouco tinha tempo para aprender. Trabalhava como empregada doméstica e muitas vezes tinha que dormir no local de trabalho. A rotina era inevitavelmente árdua e o tempo para aprender uma nova língua era escasso e difícil. Rafael estudava pela manhã em uma escola pública de Brasília e era o único surdo em uma sala de ouvintes (como os surdos chamam as pessoas que ouvem). O colégio não possuía intérprete e o pequeno menino batalhava para compreender os conteúdos.

“Foi uma fase difícil porque a infância é o momento da vida em que formamos nossos conhecimentos do mundo e capacidade cognitiva, onde descobrimos que não estamos sozinhos e como nos integrar e viver em comunidade. Para uma criança que não ouve, inserida em um contexto em que pessoas falam para se comunicar, o isolamento parece iminente. Mas não foi o que aconteceu comigo. Para me integrar comecei a virar o bagunceiro da turma. Não entendia o que os professores falavam, logo não tinha interesse pelos conteúdos.” Conta que fazia brincadeiras em sala de aula e que foi expulso de quatro escolas. Todas para ouvintes e sem intérpretes.

Políticas de inclusão têm tentado corrigir questões históricas no ensino de surdos no Brasil. Excluídos durante muito tempo do processo educativo tradicional, eles começaram, nas últimas décadas, a compartilhar as salas com ouvintes em escolas do país. Contudo, a existência de classes mistas, vista como alternativa para integrar crianças e jovens surdos à comunidade, nem sempre funciona. A falta de acessibilidade e até mesmo de estrutura adequada faz com que os estudos se tornem desafios para os alunos,

como foi o caso do pequeno Rafael. O futuro artista já estudou nas escolas públicas da 711 Norte, 306 Norte, 715 Norte, quadras de Brasília e também em escolas públicas de Santa Maria e Gama.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2010, 71.283 alunos deficientes auditivos, portadores de surdez e cegueira estiveram matriculados na educação básica, tanto em classes regulares quanto em escolas ou turmas de ensino especializado. Quando Rafael tinha sete anos de idade e estudava, a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, definiu sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. Os primeiros passos para o Brasil estabelecer princípios jurídicos que garantem os direitos individuais e sociais da pessoa com deficiência, e sua efetiva integração social.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 em seu artigo 59, aponta que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. De acordo com Célia Regina Vitaliano, especialista em educação para a inclusão de alunos com necessidades especiais, na prática seria a implantação de condições adequadas, tais como: intérprete em sala de aula, que os colegas de sala também aprendam libras e os professores das diferentes disciplinas. Além disso que durante as aulas tenha recursos imagéticos, atividades práticas, com predominância de estímulos visuais. “Com orientações claras, que se respeite as dificuldades de escrita do aluno surdo”, afirma a educadora.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em 2015, afirma que: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.” Oficialmente denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei 13.146 impõe regras e orientações para a efetiva promoção dos direitos e liberdades das pessoas que possuem deficiências, com o objetivo de garantir a elas inclusão social e cidadania.

Apesar da dificuldade de comunicação e integração, Rafael lembra que costumava ser bom em matemática. “Tenho dificuldade com palavras, mas não sou burro. Com

números eu conseguia me virar”, diz. Os professores assustavam-se com suas notas que variavam entre nove e dez quando se tratava de cálculos e equações. “Acho que o problema mesmo era a falta de intérprete”, afirma.

As barreiras inclusivas nem sempre são institucionais. Rafael conta que também sofria com provocações de colegas em sala de aula por conta da deficiência física. “Já me provocaram muito em todas as escolas que estive. As pessoas não entendem o que é a surdez e muitas vezes acham que também é deficiência mental. Sendo que a única diferença é que eu não posso ouvir.” Lembra que se envolveu em muitas brigas e que dificilmente perdia. “Tive que aprender a me defender”, afirma o grafiteiro.

Capacitismo é a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência. É a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo, discriminam-se pessoas que possuem necessidades especiais. Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de trabalhar, de frequentar uma escola de ensino regular, de cursar uma universidade, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aponta a pesquisa Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica”, do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (ufsc).

“Escolas mistas são complicadas”, afirma Rafael ao relembrar as brigas e intimidações que sofreu por conta da deficiência. “Você acha que é preciso segregar os alunos surdos dos ouvintes?”, perguntei abrindo as mãos em sinal de oração ao contrário, com as palmas viradas para fora, movimentando-as em direções opostas, uma para direita e outra para a esquerda, fazendo sinal de “separação” em língua brasileira de sinais. “Não é bem segregar. É diferente. É você se sentir acolhido. Sentimento de pertencimento ao ambiente que está inserido. Uma questão cultural, talvez. Você não jogaria uma criança ouvinte em uma escola para surdos, sem intérprete ou conhecimento da língua. É nesse sentido.” A especialista Célia Vitaliano acredita que a educação mista inclusiva é a mais apropriada desde que apresente as condições adequadas de acolhimento à criança surda.

*

Desde os sete até os dez anos de idade, Rafael estudava os conteúdos formais na escola tradicional, pela manhã, junto com os ouvintes, e à tarde se locomovia para o Centro Educacional de Educação e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal) na 909 Norte, uma instituição particular, católica e filantrópica, que objetiva potencializar a capacidade de fala e comunicação de crianças surdas. Local onde ele conta que teve a oportunidade de fazer fonoaudiologia (especialidade médica que compreende o estudo da fonação e da audição, os distúrbios e formas de tratamento) e aprender a oralizar a comunicação verbal em português.

O centro educacional para surdos, Ceal, também oferecia, às crianças que passavam por dificuldades financeiras, aulas de natação, basquete, futebol e vôlei. A prática de esportes representa um conjunto de “memórias coloridas”, como Rafael chama na entrevista, dos quais gosta de se lembrar. “A escola era chata, mas o Ceal era divertido. Gostava de passar o tempo no centro, até que, com cinco anos de idade eu tive que morar lá”. Na época, o centro tinha dormitórios e abrigava os alunos surdos que eram de baixa renda e que os pais não possuíam condições de cuidar (hoje não existem mais os dormitórios, apenas a educação no horário diurno). As crianças dormiam na instituição de segunda à sexta-feira. E Rafael tornou-se uma das que só conseguia ver a mãe nos finais de semana. “Foi uma fase difícil porque eu sentia muita saudade da minha mãe e às vezes ficava extremamente triste por achar que ela tinha me abandonado. Só quando me tornei adulto e comecei a trabalhar que fui compreender que o mundo é realmente difícil e que tudo o que a minha mãe fez foi para nos sustentar”, diz.

Dona Zinha trabalhava no Plano Piloto como empregada doméstica e frequentemente os patrões a pediam para dormir no local de trabalho. A situação era árdua e dificultava a relação com o filho. A família morava em Planaltina de Goiás e as rotineiras locomoções eram caras e cansativas. A distância percorrida é de 60 quilômetros diários apenas no caminho de ida ao trabalho. Ainda por cima em ônibus em situações precárias que vez ou outra, dependendo da sorte, quebravam. Nessas situações, só restava à pequena família Caldeira esperar na br 020, rodovia que interliga as cidades distantes,

tanto geográfica quanto socialmente, pelo próximo ônibus que iriam socorrê-los. Uma rotina nada distante dos muitos trabalhadores, ainda nos dias atuais, do Distrito Federal e Entorno. Que, por questões socioeconômicas, precisam se empregar no grande polo empregatício que é a capital federal.

Por causa das dificuldades, os pedidos de pernoite foram aumentando até que Dona Zinha teve que morar no trabalho e entregar o pequeno Rafael para o centro filantrópico de acolhimento de crianças surdas, onde morou dos cinco anos até os oito anos de idade. “Sempre foi um choque para mim ter ido morar longe de casa tão novo. Mas apesar de tudo, hoje eu entendo o por quê disso ter acontecido, e não ter sido sequer uma escolha para minha mãe e a amo acima de qualquer coisa”, diz, aparentando estar emocionado. Percebi que isso ocorria quando desviava o olhar de mim. Olhava para baixo, para as paredes, mas não para os meus olhos. Talvez ansiando esconder os próprios.

No Ceal, Rafael aprendeu valores morais e religiosos, de acordo com a religião cristã. O diretor da Escola se chamava Giuseppe Rinaldi, conhecido como Padre José. Um clérigo italiano que veio para o Brasil especificamente para fundar uma instituição de tratamento para crianças surdas. Apesar de o grafiteiro hoje considerá-lo boa pessoa, admite que era muito rígido, e às vezes até bruto, em questões de disciplina. Hoje o homenzarrão que é Rafael conta que na época de menino não gostava de dormir no centro educativo. No início conta que tinha medo de dormir no local longe da mãe, mas que com o tempo foi acostumando.

Além de saudades da família, o local apresentava proibições que o desagradavam. Uma delas era o toque de recolher. Todos os alunos abrigados deveriam dormir e acordar em horários pré-definidos. “Parecia que faltava liberdade. Tudo era previamente programado e todos tinham que seguir”, explica. Lembra que uma vez combinou com alguns amigos, que também moravam na instituição, de acordarem de madrugada para fazer um passeio noturno pelo centro, pelo simples desejo de transgressão. “Não que a gente tivesse algo para fazer era só pela vontade de burlar a regra, talvez por pura teimosia de criança”, diz. A pequena aventura desembocou em um mergulho do grupo na piscina do centro educacional. Rafael lembra que tinha sido divertido, e a memória do

acontecido é boa e alegre, mesmo eventualmente sendo repreendido e castigado horas depois.

Outra regra da instituição que não podia ser burlada e que não agradava Rafael era não poder usar a língua de sinais em sala de aula. Como o objetivo do centro filantrópico é ajudar as crianças surdas a se oralizarem e aprenderem a leitura de lábios, o uso da libras poderia se tornar um empecilho a esse aprendizado. Pelo menos é o que o centro acredita.

O professor virava, e as mãos se mexiam. Caso o docente capturasse algum aluno utilizando a língua de sinais, os envolvidos eram repreendidos em sala de aula na frente de todos e posteriormente recebiam castigos. O menino Caldeira não concordava com a didática de ensino. “Uma vez eu cheguei a fugir da aula porque estava cansado de falar. Como vocês conseguem fazer isso tanto? Cansa”, disse com ar de deboche em relação à cultural oral. E completou: “eu gosto de libras”.

Os castigos ocorriam das mais variadas formas. Com as brincadeiras, Rafael um dia quebrou a pia do banheiro masculino do Ceal, porque tinha subido em cima e ela cedeu ao peso. Como punição, o padre José, diretor da instituição, o obrigou a fazer um desenho do nascimento de Jesus. O clérigo gostou tanto do desenho que o colocou em uma revista feita e distribuída como divulgação do centro. “Até poucos dias eu tinha a revista guardada, me lembro bem. Foi o meu primeiro desenho publicado. Eu tinha por volta dos oito anos. Sou desorganizado, perdi a revista”.

A verdade é que Rafael sempre foi apaixonado por desenhar. Lembra que desde muito novo treinava rascunhos com cópias que ele fazia de histórias em quadrinhos e gibis para mostrar para os amigos. Desde o *Batman* até a Turma da Mônica. Conta que uma vez a mãe levou um susto ao se deparar com o filho na sala de estar, em pé em frente a televisão, com uma folha A4 branca estendida sobre o eletrodoméstico e riscando o papel. “O que você está fazendo, menino?”, perguntou, indignada. “Estou utilizando a luz da televisão para copiar o desenho de fundo”, o pequeno artista respondeu. Aos olhos do menino, a mãe não tinha compreendido muito bem mas, para ele, o mais importante é que ela o tinha deixado continuar com os rabiscos na TV e que não tinha brigado com ele.

O Centro Educacional de Educação e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal)

também abarcava no conteúdo programático ensino religioso. Local onde Rafael formou os conhecimentos cristãos. Era da rotina da instituição o costume de rezar as orações, pai-nosso, ave-maria, entre outras, além de estudos bíblicos, sobre a história de Jesus e outras passagens. “Foi um fator importante na minha vida, pois passei a conhecer e me conectar com Deus. Quando estou orando parece que estou conversando com o próprio. É maravilhoso. Já fui muito errado na vida mas Jesus conseguiu mudar a minha forma de viver, visão de mundo e caráter. O que eu aprendi no Ceal, na época posso não ter dado tanta importância mas, foi o que formou o homem que sou hoje. Como uma semente que é plantada na cabeça e que demora anos para florescer. Hoje estou colhendo os frutos desse presente que foi a espiritualidade na minha vida”.

Sua conexão com Deus e o amor pela arte foram os fatores que mais ajudaram o complicado grafiteiro a mudar o rumo que a vida estava tomando e, como ele diz, a fazer as escolhas certas. “Uma vez me mandaram uma frase na internet que dizia que nós não escolhemos o que acontece com nós e com nossas vidas mas que nós podemos escolher o que fazer e como agir a partir disso. A pobreza ou a surdez não podem ser justificativas para fazer mal às pessoas. Apenas um coração duro pode ser a explicação para isso. Quando escolhemos fazer o bem, falar sobre Deus e disseminar a arte pelo mundo, deixamos, não só as nossas vida, mas a vida de todos mais brilhante e colorida. Pode parecer simples, mas é revolucionário”. Nesse momento fizemos uma pausa em nossa primeira entrevista porque tudo o que eu conseguia pensar era “genial” as melhores respostas são mesmo as mais simples.

*

Santa Maria é uma região administrativa do Distrito Federal (df) brasileiro. A criação está vinculada ao Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, política pública de distribuição de lotes realizado pelo Governo do Distrito Federal (gdf). Zinólia Caldeira foi uma das pessoas que conseguiu ganhar um lote do projeto na cidade. Zinha, como costuma ser chamada, quando migrou da Bahia para o Centro-Oeste, morou na cidade de Planaltina, localizada no estado de Goiás, entorno do Distrito Federal

(existem duas cidades na região com o nome “Planaltina”, uma dentro do DF e outra no Goiás). Trabalhava como empregada doméstica e sustentava o filho, Rafael, sozinha.

Zinha estava com dificuldades para pagar o aluguel. O namorado da época, que não era o pai de Rafael, trabalhava como pedreiro em uma obra no Lago Norte, região administrativa de classe média alta do Distrito Federal. Na construção, tinha um barraco que era de utilidade para os trabalhadores da edificação. Vendo o aperto da família Caldeira, o atual namorado de Zinólia a convidou para morar na pequena casa dos obreiros.

Rafael dormia no Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (ceal) e apenas voltava para casa nos finais de semana. Zinha morou por três meses na pequena casa de obras, no local em que o namorado trabalhava no Lago Norte. Fazia alguns meses que tinha feito a inscrição no Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda. Orava fervorosamente todos os dias para conseguir uma casa pelo projeto, um lote que seja. Quando começou a morar no trabalho do namorado, começou a se dirigir com frequência à sede do programa. “Eu sentia que para conseguir alguma coisa, eu tinha que pressioná-los”, afirma. Com muita convicção de que iria conseguir, um dia recebeu a ligação. “Eu não podia me conter de alegria!”, conta com a mão no queixo, tentando esconder o sorriso largo. Estávamos na cozinha da atual casa da família Caldeira, situada em Planaltina do Distrito Federal. O presente lar de Zinólia é grande, abriga três quartos, dois banheiros, uma sala, uma garagem espaçosa e um quintal. “E pensar por onde eu passei”, lembra, feliz.

A ligação que recebera era do programa de assentamento. Zinha ganhou uma residência e tinha que se dirigir à administração do projeto para retirar a chave. Ao chegar lá, assustou-se com a quantidade de pessoas que estavam no local, assim como ela, para receber o benefício. Criada em 2009 pelo Governo Federal, a política pública, até agosto de 2016, no Distrito Federal, teve investimento do programa de R\$ 3,82 bilhões para a contratação de 51.322 unidades habitacionais. No Brasil, o projeto contratou mais de 4,3 milhões de moradias e entregou 2,8 milhões com investimento de R\$ 306 bilhões.

Ao chegar à sede do Programa de Assentamento de Famílias de Baixa Renda, Zinólia foi informada que as residências que estavam sendo entregues situavam-se na

cidade administrativa de Samambaia do Distrito Federal. Zinha não conhecia a cidade e frustrou-se com a informação. “Eu queria morar em Santa Maria. Visitei a cidade e pesquisei o bairro habitacional do programa na região e tinha me encantado com tudo. Já estava me imaginando morando lá. Além de que eu tinha uma amiga que morava lá também, então tinha uma pessoa conhecida para eu me enturmar. Sobre Samambaia eu não sabia nada. Fiquei triste e bati o pé. Disse que apenas sairia dali com a chave da minha casa em Santa Maria”, lembra.

Zinólia aguardou todos os contemplados com a política pública ir embora para conversar novamente com os funcionários do programa. “Eu tinha fé que iria conseguir, chorei e expliquei para eles a situação. Acho que se compadeceram de mim porque eu consegui”, conta. Agora a família Caldeira tinha casa própria para morar. O novo lar situava-se na quadra 310 de Santa Maria.

Toda sexta-feira, Zinha pegava Rafael no Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni (Ceal) e o levava para a nova casa em Santa Maria para passarem o final de semana juntos. O garoto tinha oito anos na época da mudança e uma irmã de um ano de idade chamada Daniela, fruto do último namorado da mãe. Nova cidade implica novos amigos. Com o passar dos anos, Odrus fez novas amizades na quadra onde a mãe morava, 310, e começou a despertar interesse pelas ruas e tudo que elas envolviam.

Rafael tinha 14 anos quando começou a observar que cada quadra tinha um grupo, formado por homens entre 15 e 30 anos. Diziam-se os “guardiões da quadra”. Inicialmente, para o jovem surdo, as atividades do grupo envolviam passar a maior parte do tempo “vigiando” as ruas. Andar de bicicleta pela quadra, “tirar onda” nas esquinas, vestir roupas no estilo *hip-hop*, bermudas folgadas, bonés de aba reta, e usar joias chamativas. Odrus estava deslumbrado com o mundo novo que observava todos os finais de semana. Era diferente do universo de uniformes escolares, professores ouvintes e padres rígidos do qual o garoto era familiar.

Na quadra 310, Rafael aproximou-se de um grupo formado por quatro homens. Por questões de segurança, as características físicas ou informações que possam servir de identificação sobre os indivíduos mencionados não serão publicadas. Inicialmente, o

contato era básico. “Oi” e o sinal de joia, com os dedos fechados e o dedão levantado. Rafael sempre carregava um caderno na mochila, tanto porque estudava mas porque também ajudava na comunicação. Sentia que era algo interessante para o grupo. Eles aparentavam ter curiosidade com a surdez. Ele pouco entendia sobre o que eles conversavam mas analisava bem as expressões, faciais e corporais. Quando ele chegava, aos finais de semana, eram só sorrisos, à medida que os minutos iam passando e os assuntos correndo, os rostos transitavam entre indignação, raiva, colocar as mãos na cabeça, chutar o meio-fio da calçada. Às vezes conseguia fazer leitura labial e identificar os xingamentos. “Porra”, “merda”, “filho da puta”. Podia não saber o que estava acontecendo mas estava feliz porque sentia que fazia parte de alguma coisa que lhe despertava interesse.

Sempre voltava para casa às sextas-feiras. Até que um dia chegou em casa no meio da semana, com as roupas que ficavam no Ceal. Com 15 anos entrou para as estatísticas de evasão escolar. Abandonou tanto a escola quanto o centro educacional. “Eu me sentia preso. Passava praticamente vinte e quatro horas em uma sala de aula, estando apenas fisicamente lá. Meu pensamento estava nas ruas”, lembra. Ao chegar em casa, a mãe ficou triste e furiosa, mas percebeu que nada podia fazer, o filho tinha tomado a decisão e mostrava plena convicção de suas escolhas.

A vida nas ruas era colorida. Tinha o azul do céu, em um dia caloroso e sem nuvens. Tinha o marrom das peles, do grupo de amigos da quadra 310. Tinha o brilho estonteante do colar de prata, pesado no pescoço de um amigo. Tinha o cheiro viciante de erva da *cannabis sativa*. Aparentemente, Rafael tinha tudo o que queria. Passava às tardes e noites na rua. Conversava pouco com os colegas, gostava mesmo era de observá-los conversando, a dinâmica e gíngua corporal que apresentavam.

No decorrer das semanas, Rafael percebeu que era diferente dos amigos. Eles tinham sandálias de marcas conhecidas. Ele usava um chinelo velho. Eles tinham joias, como anéis, brincos e colares, e óculos escuros. Ele tinha uma mochila surrada, um caderno e roupas antigas. Eles tinham bicicletas e como ele queria ter uma! Ele não era bobo, já desconfiava que as práticas ilícitas dos amigos iam além de fumar maconha escondido atrás da parada de ônibus. O mundo que ele enxergava, e que o grupo lhe

permitiu acessar, não representava metade do que faziam. E Rafael estava disposto a fazer o que fosse para adentrá-lo.

“Como vocês conseguem comprar tantas coisas?”, o jovem grafiteiro lembra que começou a questionar os amigos sobre a quantidade de dinheiro que possuíam ao mesmo tempo que nenhum deles trabalhava. “Eles me contaram tudo. Sobre os assaltos, sobre a adrenalina, os roubos e furtos. Esse era o trabalho deles”, diz. Lembra que a mãe sustentava sozinha ele e a irmã, que já tinha oito anos. Na percepção do garoto, a família passava por dificuldades. “Queria ajudar a comprar comida gostosa, a pagar as contas de água e de luz, de forma rápida e eficiente. Conseguir um emprego não passava pela minha cabeça tola. Eu, como todos aqueles jovens, queria soluções fáceis para a nossa situação”, diz enquanto olha para a câmara do meu celular, que no momento está gravando a entrevista, em uma espécie de confissão pública.

Rafael lembra que inicialmente o grupo não o aceitou por inteiro. Para eles, a surdez era um problema que poderia colocá-los em apuros. “Eles tinham medo de eu estragar tudo porque sou surdo. Eu queria provar a eles que, apesar da deficiência, eu também sou capaz.” Ele insistiu até que o grupo aceitou observá-lo em uma espécie de assalto-teste. O garoto surdo seria avaliado, e queria passar. Os assaltos sempre eram praticados em dupla. Nunca sozinhos, por definição estratégica do grupo. E a tarefa de Rafael era assaltar um mercadinho da cidade junto a um dos mais experientes do grupo. Era o mais velho e aparentava ter vinte anos de idade.

Rafael tinha 16 anos no primeiro assalto. Sentia-se pertencente a um filme de ação, que ao contrário do que a cena pudesse indicar, ele era o mocinho e não o cara mau. “Eu estava nervoso mas parecia divertido, emocionante. A adrenalina corria pelo meu corpo e parecia que eu estava fazendo algo grande”, afirma. O crime ocorreu à tarde, em um mercado pequeno de uma quadra que não era a que o grupo morava. O comparsa ouvinte que fazia dupla com Rafael, tinha experiência com assaltos, logo sabia o que fazer. O grafiteiro conta que ficou apenas encarando sério a moça do caixa, uma jovem mulher branca e magra que parecia ter ficado amarela com a situação, enquanto o parceiro falava todo o protocolo e a funcionária lhe entregava o dinheiro. Os dois estavam armados com revólveres e o mercado estava vazio.

Rafael observou toda a situação com curiosidade. Toda a experiência era algo extremamente nova para ele. “Eu nunca tinha sido assaltado mas óbvio que já vi em filmes, viver isso na pele, está ali do outro lado, é algo que eu não sei explicar. É misto de sentimentos e emoções. Às vezes medo, às vezes escárnio, às vezes arrependimento. Tudo isso em segundos”, diz. Observou os olhos arregalados da funcionária do caixa, a respiração ofegante, as mãos trêmulas e o coração acelerado. Conta que, antes de sair, enquanto o companheiro pegava o dinheiro, ele pegava um biscoito recheado de chocolate.

Nesse dia, o jovem surdo chegou em casa com grande quantidade de dinheiro. Entregou uma parte para a mãe e disse estar trabalhando como pintor. Na mesma semana comprou roupas novas e um colar de prata. Tinha sido efetivamente aceito no grupo da quadra 310 de Santa Maria e precisava tornar visível o feito.

Tomado pelo orgulho e sentimento de poder que o primeiro assalto lhe deu, Rafael lembrou-se de um desentendimento com um dos colegas surdos do Ceal e quis prestar contas com ele. Tinha sido apresentado a um homem surdo, de aproximadamente 27 anos, que também praticava crimes e que tornou-se um mentor para o garoto. Em uma conversa sobre o rival, o colega aconselhou-o a dar um susto no “*playboy*”, como eles chamavam, como forma de vingança. Os dois planejaram roubar a bicicleta do antagonista na Asa Norte, bairro do Plano Piloto, quando ele voltava para a casa do centro educacional.

Rafael e o colega mais velho, que o orientava, cercaram o jovem garoto surdo em uma das entrequadras do bairro norte de Brasília. Não estavam armados mas eram dois contra um. O menino entregou a bicicleta mas logo depois prestou queixa na delegacia. “Fui muito burro de aceitar os conselhos do meu colega mais velho. O *playboy* do Ceal sabia tudo sobre mim, seria fácil para a polícia me encontrar”, diz. Nas próximas semanas, a família Caldeira recebeu muitas cartas da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (tjdft). Para susto da mãe e de toda a família. Rafael negava-se a comparecer às audiências, a mãe o repreendia em vão por não ter como obrigá-lo a ir.

A pressão e o medo o fizeram decidir fugir para a Bahia. Mal conseguia dormir,

temendo que a polícia apareceria de madrugada em seu quarto para prendê-lo. Conversou com a mãe sobre a possibilidade de ir morar na casa de uma tia em Riachão das Neves, município do oeste baiano, o que a mãe aceitou e ajudou com a viagem. Morou apenas um mês na cidade, até ter uma desavença com um dos primos por, segundo ele, discriminá-lo por ser surdo. “Tem gente que tenta me tratar como bobo por ter deficiência. Não aceito isso”, explica Rafael. O desentendimento se tornou briga física envolvendo socos e chutes. O que não agradou a tia, dona da casa e mãe do rival. Não demorou para ser expulso do estado e ter que voltar para o cerrado brasileiro.

Ao chegar ao Distrito Federal, dois dias depois, Rafael foi detido pela polícia. Permaneceu preso durante uma semana na Unidade de Internação do Plano Piloto (antigo Cajé) e depois foi transferido para o Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras (antigo Ciago, atual Unidade de Internação do Recanto das Emas - Unire), no Recanto das Emas, onde permaneceu em restrição de liberdade por dez meses. “Eu fiquei dez meses preso por ter cometido a burrice de roubar uma bicicleta porque não gostava do dono e ele não gostava de mim. Se eu pudesse voltar no tempo, não teria ouvido os maus conselhos do colega que me influenciou”, reconhece enquanto admite arrependimento.

Era o único surdo da unidade de internação. As medidas socioeducativas envolviam aulas, de disciplinas do currículo tradicional escolar, e cursos profissionalizantes. Sentia-se enjaulado e afirma que tinha gente demais para pouco espaço. O centro abrigava tanto homens quanto mulheres, todos jovens infratores. O problema de lotação não é antigo. Dados do Conselho Nacional do Ministério Público (cnmp) apontam superlotação de 30% nas unidades de internação para menores infratores no Distrito Federal no ano de 2014. Isso significa que para cada cem vagas disponíveis havia 130 jovens internados.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Brasil tinha 23,1 mil jovens privados de liberdade em 2013. O levantamento aponta ainda que 95% dos adolescentes infratores cumprindo medida socioeducativa são do sexo masculino, mais da metade das infrações registradas foram cometidas por jovens entre 16 e 18 anos, 66% vivem em famílias extremamente pobres e 60% são negros. Cerca de

40% das infrações cometidas eram por roubo, 23,5% por tráfico de drogas, 8,75% por latrocínio (roubo seguido de morte), 3,4% por furto, 1,1% por estupro e 0,9% por lesão corporal. Além disso, pesquisa “Perfil e Percepção Social dos Adolescentes em Medida Socioeducativa no DF”, realizada em 2013 pela Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), aponta que mais da metade dos jovens infratores não tem a presença do pai na família.

A internação na unidade socioeducativa era insuportável para Rafael. Tinha feito amizades mas sentia falta da família e do estilo de vida das ruas. Se envolveu em uma briga no Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras. Queria jogar futebol com os internos e não deixaram, segundo ele, porque é surdo. Indignado com o preconceito, atacou dois dos garotos que estavam provocando-o. “Eu costumava ficar nervoso quando diziam que eu não podia fazer qualquer coisa que fosse pelo simples fato de ser surdo”, afirmou ao recordar-se.

Um dos seguranças da unidade avistou a confusão e apartou os garotos envolvidos na briga. Os três foram levados para a delegacia. Os policiais conversaram com os meninos e ao perceber que se tratava de uma briga momentânea, obrigaram eles a fazer as pazes e voltar para a unidade de internação sem serem castigados.

Em uma unidade de internação para jovens e adolescentes infratores, um lápis ou uma caneta podem representar armas perigosas. No Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras, os internos não tinham acesso a materiais escolares que pudessem representar risco. Os dotes artísticos de odrus não foram abafados. Lembra que procurava formas de expressar sua vontade de produzir arte com o que tinha e como podia. “Eu não tinha material artístico, então usava a criatividade e dava um jeito de inventar algo”, diz. Conta que certa vez pegou o prato do almoço, que era de papel alumínio, e escreveu na parede o próprio nome. “Parecia uma *tag* de grafite (assinatura artística do grafiteiro). Claro que na época eu não sabia o que era isso, mas o efeito do papel alumínio na parede parece o de um lápis e a arte em si, eu desconhecía, mas já poderia ser considerada um esboço de grafite.”

A pena de Rafael era de um ano com restrição da liberdade. Por bom comportamento, depois de nove meses internado, lhe foi concedida a prerrogativa de sair

da unidade aos finais de semana para visitar a família. Sexta-feira Zinha buscava-o no centro socioeducativo e no domingo os dois voltavam. “Era igual quando eu morava no Ceal, já estava acostumado a esse regime mas eu queria mais. Eu queria total liberdade”, diz.

O menino sentia saudade dos momentos em que passava nas ruas com os amigos, dos passeios de bicicleta com o vento batendo no rosto, da alegria que era poder fazer o que queria, na hora que quisesse e ir onde desse vontade, coisas que apenas passou a valorizar quando percebeu que não tinha mais. “Parece bobagem ficar feliz com o simples fato de poder ir à padaria de manhã comprar pão quente, ou poder tomar banho a hora que quiser, mas não é, porque nem todos possuem tamanhos privilégios.”

Ir para a casa aos finais de semana parecia a oportunidade perfeita para fugir. Pensou muito sobre essa possibilidade, não confiava no sistema judiciário e acreditava que ficaria preso para sempre. O medo e a desconfiança lhe fizeram tomar uma decisão. Até que certo domingo não voltou. A mãe Zinha estava cansada de tentar obrigar o menino a seguir a lei corretamente, conhecia a teimosia de Rafael, logo, nada fez. O grafiteiro conta que conseguiu ficar um mês em casa sem a polícia ir buscá-lo. “Até hoje não sei porque demoraram tanto tempo para ir me prender. Não é como se eu estivesse escondido. Estava no primeiro lugar óbvio que eles deveriam ter procurado, a minha própria casa”, disse, enrijecendo as laterais dos lábios para baixo. Independente dos motivos para a demora, os policiais apareceram na casa do garoto e o levaram novamente para a Unidade de Internação do Plano Piloto, onde permaneceu até o dia da audiência no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (tjdft).

Na Vara da Infância e Juventude, o jovem Rafael esforçava-se na audiência para que não voltasse a ser internado em um centro socioeducativo. Conta que suava frio e as mãos moviam-se rapidamente, em tentativas nervosas de tentar conseguir convencer os presentes de que merecia liberdade. As mãos gesticulavam que queria estudar. Prometeu que voltaria para a escola e terminaria os estudos. “Eu falei tudo o que achava que funcionaria para eu não ter que voltar para o Ciago ou qualquer outra unidade. Estava desesperado.”

O esforço valeu a pena, e suas súplicas e pedidos foram concedidos. O juiz

avaliou que as medidas educativas já haviam sido eficientes e que o jovem garoto surdo poderia viver em liberdade desde que voltasse a estudar. Na mesma semana, Rafael foi matriculado em uma escola pública de Santa Maria mas não tardou muito para que voltasse a roubar.

“Meus amigos da quadra continuavam com a cultura da violência e suas práticas. Eu era tolo, facilmente influenciável, não foi difícil voltar para aquilo.” Pergunto se ele não temia perder novamente a liberdade, já que tinha experimentado como era viver sem ela. “Algumas coisas te cegam, o dinheiro é uma delas. Eu estava com uma visão imediatista e egoísta de mundo. Queria comer o que quisesse quando quisesse. Ter roupas novas e tênis bonitos. Pensava no hoje, em toda a sua ostentação, e me esquecia que sempre existe um amanhã, nem tão fácil e simples.”

Assaltou durante três meses até ser pego novamente. Conta ter assaltado vans (transporte público ilegal, conhecido como pirata), lojas e mercados. Sempre em dupla, com um ouvinte do grupo da quadra 310. Acredita ter participado de aproximadamente oito assaltos a mão armada. Não tinha revólver, utilizava alguma arma emprestada pelo bando.

*

O dia estava cinza na segunda vez que foi pego pela polícia. O oposto das cores que permeavam o dia que conversamos em nossa terceira entrevista para o perfil. Estávamos novamente em minha casa em Planaltina, que é muito quente por quase não ter janelas para ventilação. Era manhã de sábado e já apresentávamos sinais de suor. Odrus estava com os dedos sujos de tinta, ao chegar em minha casa foi a primeira coisa que reparei. “Algumas marcas são mais difíceis de limpar”, explicou. Tinha pontos de verde no dedão, e azul espalhado pela palma da mão. Estava focado em uma exposição que participaria no Museu Nacional da República em abril, mesmo mês da entrevista. Foi convidado como um dos representantes do grafite no Distrito Federal, entre outros nomes conhecidos no referido meio artístico, como Soneka e Toys. Passou a maior parte da entrevista com o caderno de desenho aberto em sua frente como se quisesse a todo

momento abandonar a conversação e começar a trabalhar.

Me senti um empecilho para o artista que estava ansioso para idealizar uma arte que estaria exposta em um dos maiores museus do Brasil, no qual pessoas do mundo inteiro poderiam prestigiá-lo. Nesse dia, conversamos pouco. Compreendi a importância da dedicação de Odrus ao ofício nesse momento, semanas antes da inauguração da exposição. Ele poderia não querer me conceder a entrevista, mas dificilmente falaria para mim. Ele aceitaria e se colocaria a minha disposição por educação. Mesmo estando ocupado, chegou em minha casa às dez horas da manhã, com as mãos sujas de tinta, e começamos a conversar.

“Depois de conseguir liberdade da unidade de internação, eu não desisti dos assaltos. Abandonei a escola e voltei para a vida das ruas e, para a tristeza de minha mãe, parecia que estava ainda pior. Não sentia nada, estava indiferente às ações que fazia. Não tinha mais medo ou sentimentos de arrependimento. Chegava em um estabelecimento, junto com o parceiro ouvinte, apontava a arma, recolhia o dinheiro e ia embora. Como se a prática em si fosse uma espécie de emprego. E anos depois descobri que era mesmo. O grupo da quadra 310 era na verdade uma máfia de bandidos adultos que usava menores de idade para assaltar para eles. Sempre após os roubos, tínhamos que pagar uma quantia do dinheiro recebido ao chefe.” Perguntei-lhe se poderia me dar alguma informação sobre o líder da gangue, como alguma característica qualquer que fosse para dar vida à história, ao que ele se negou (com as duas mãos abertas, as palmas das mãos para fora, como se estivesse dando tchau mas ao contrário do gesto de despedida, em movimentos laterais de dentro para fora, como se dissesse “esqueça”). “Ainda é uma pessoa perigosa, falar sobre ele não é importante”, afirmou.

Assustada com a informação, questionei por que parte do assalto tinha que ser paga para o líder do grupo. “Ele era o dono das armas e emprestava para os moleques assaltarem como uma espécie de aluguel. O cara dava a arma para a gente usar e nós pagávamos por ela depois.” Pedi licença para pegar um copo de água na cozinha, precisava refletir sobre a informação que me tinha sido entregue. Nas duas primeiras entrevistas ainda não tinha conseguido compreender o que levava jovens como Rafael a entrarem tão cedo em um mundo de crimes e violência. Parecia algo difícil de ser

assimilado.

Compreendi que era uma articulação fácil para adultos criminosos aliciarem jovens menores de idade para cometerem os crimes por eles. Corrupção de menores está prevista no artigo 218 do Código Penal. No direito brasileiro, o crime consuma-se desde o aliciamento do menor de 18 anos para cometimento de ação delituosa, através de qualquer meio de comunicação, em nada importando o fato do mesmo já ter cometido infração anterior. A prática não é incomum. Lembrei-me da quantidade de jovens que vejo nas ruas, perto da minha casa (moro em um bairro periférico de Planaltina, chamado Jardim Roriz) junto a grupos de traficantes e infratores adultos, aprendendo suas práticas ou até mesmo fazendo-as por eles.

Rafael tinha voltado a assaltar mas temia ser pego de novo. Afirma que a última coisa que queria era voltar para uma unidade de internação. Fazia tudo com frieza e estratégia. Diz que podia não ouvir o barulho de passos ou da sirene da polícia, mas que o campo de visão que possui é ampliado e que consegue se garantir apenas com o visual. Infelizmente, não foi o que aconteceu em um dia cinza de meio de semana em que se dirigiu com o revólver na bermuda a um sacolão de Santa Maria. Não lembra exatamente qual dia da semana que foi, mas lembra que não fazia sol, e que também não chovia. Era um dia neutro que combinava com os sentimentos que tinha ao apontar uma arma para alguém. No caso, em direção a um homem velho, branco, que tinha aproximadamente 60 anos de idade e que trabalhava no caixa do estabelecimento. Junto ao parceiro, fez todo o protocolo da ação com normalidade e saíram do local com um bolo de dinheiro que não tiveram a oportunidade de contar. Acreditavam que tinha ocorrido tudo certo, estavam confiantes mas alguém, que viu o crime em andamento denunciou.

Quando colocaram os pés para fora do Sacolão, a polícia virou a esquina da rua. Eles viram os rostos e características físicas dos assaltantes, que correram. Foi a primeira (e única) perseguição de Rafael com a polícia. No desespero da fuga, o companheiro ouvinte correu para o mato no fim da rua. No momento, a atitude não pareceu muito sensata para o grafiteiro que achou melhor correr em direção a outra rua. Cansado de correr, por não ter o costume com práticas físicas e aeróbicas, visualizou um portão de uma casa aberto e considerou entrar.

A casa era simples e parecia de classe média. Dentro tinha um homem e uma mulher que apavoraram-se ao ver o garoto ali. Invadiu a residência e não disse nada, apenas mostrou o revólver, calibre 38. Fechou o portão e fez o sinal de silêncio, com o dedo indicador na boca. O casal parecia sem reação e não disse nada. Eles, de forma óbvia e automática, pensaram que ele iria assaltá-los mas ao pedir um copo de água para o casal Rafael acredita que eles entenderam que não queria roubá-los, apenas se esconder. O homem, que era branco e novo, parecia ser filho da outra mulher, foi até a cozinha da casa, o invasor atrás com a arma apontada em direção a cabeça. Pegou o copo tremendo e ficaram aproximadamente trinta minutos em silêncio, até ele se sentir seguro para ir embora.

Ao sair, Rafael ofereceu um pouco do dinheiro que tinha roubado aos donos da casa como forma de reparação pela invasão. Sentia-se envergonhado porque não achava certo entrar na casa dos outros da forma como fez. O casal recusou a oferta, mas o invasor ameaçou que se não aceitassem iria matá-los e eles ficaram com o dinheiro. Saiu da casa com a percepção de que tinha se safado. Certamente a polícia já teria desistido de encontra-lo pelas ruas que viram que não estava, mas se enganou. Caminhava apreensivo, quando ao virar a esquina avistou a viatura vindo em sua direção. Eles o avistaram e estavam muito próximos. Era quase impossível conseguir despistá-los novamente. Na tentativa de fuga, perdeu os chinelos. Naquela situação não havia mais escapatória.

Os policiais o pegaram, colocaram as algemas nas mãos e falaram muitas coisas que ele não entendeu. Avisou que é surdo e eles se surpreenderam, era sempre assim. Ao saber da informação, alguns sentiam pena, outros decepção, uns tentavam ajudar, tinha também os que sentiam ainda mais raiva. Mas, invariavelmente, era um fator de mudança na forma como o tratamento era realizado. Perguntaram onde o comparsa estava e declarou que não sabia. Dali o levaram para a Unidade de Internação do Plano Piloto (antigo Cajé).

O flagraram descalço, e assim permaneceu. Sobreviveu a uma semana sem chinelos, ou qualquer tipo de sapato nos pés, no centro socioeducativo. Chegou um momento que continuar nessa situação estava sendo uma tortura. Utilizar os banheiros sem nada que protegesse os pés causava ânsia de vômito. Decidiu que daria um jeito de

conseguir um par, custasse o que fosse. Havia um interno que parecia lerdo, avaliou que conseguiria roubar o chinelo dele. Era branco, magro e um ano mais novo, tinha 15 anos de idade. Ele estava na fila do banheiro para tomar banho quando o abordou pedindo que desse as sandálias. Rafael é oralizado, e os dois se meteram em uma discussão porque ele dificilmente cederia algo tão valioso como um calçado em um lugar daquele.

Começaram a se empurrar quando outro jovem, que também estava na fila, interviu separando com as mãos. Lembra que disse para pararem com isso porque pareciam tolos. Concordaram e ficaram emburrados, os olhos encarando-se de cima abaixo, como se dissessem 'daqui a pouco nos vemos'. Não satisfeito, o mesmo colega que separou a briga pediu para que apertassem as mãos para demonstrar conciliação. Fizeram bico e reviraram os olhos mas seguraram mão um do outro. Ele estava certo. Havia outras maneiras de conseguir o que queria.

Um dia depois, foi transferido para o Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras (antigo Ciago, atual Unire). Na unidade, reencontrou um amigo que, de forma pacífica, aceitou trocar um de seus chinelos pelo seu boné de aba reta, lembra. Rafael parecia contente com a solução que tinha encontrado. Mostrava-se orgulhoso, com um sorriso no canto dos lábios.

Enquanto o jovem surdo estava na unidade de internação, sua mãe passava por problemas na quadra 310. Quando foi detido, a polícia recolheu os pertences que estavam no momento com Rafael, entre eles o revólver calibre 38 do líder do grupo do qual era integrante. No mesmo dia da entrevista com o grafiteiro pela manhã, conversei com Zinha à noite no local onde mora, no bairro Buritis IV de Planaltina. Estávamos de certa forma entretidas ao lembrarmos histórias do passado que permeavam a vida da mulher que veio da Bahia para Brasília e tudo o que enfrentou.

Era uma noite fresca, com ventos suaves que chegavam da janela para nos presentear. A mãe de Rafael estava com a mente cheia de memórias pulsantes que ansiavam por sair e serem compartilhadas. Passamos a noite inteira conversando. De oito horas da noite até uma hora da madrugada. Era revigorante reviver lembranças e conhecer histórias que realmente aconteceram com as pessoas. A memória é algo que precisa ser constantemente desenterrada e encarada com o devido valor. Como a própria

me alertou naquele noite: “Histórias são boas porque são aprendizados”.

Conversamos sobre muitas coisas, inclusive que nada tinham relação com o trabalho e o perfil do filho grafiteiro. Em todo o momento em que conversávamos sobre Rafael, ele estava em altos níveis de concentração, sentado na mesa ao lado (estávamos no sofá), dedicando-se à arte e ao desenho. Diversos momentos, chegamos a falar sobre situações delicadas sobre a vida pessoal dele, com ele ao lado, sem saber que estávamos fazendo isso e muito menos poder se defender. Foi uma situação que chamou a minha atenção. Pensei na quantidade de vezes que pessoas ouvintes estavam perto dele, falando sobre ele (nem sempre bem) e que ele mal fazia ideia ou tinha como se defender.

Quando foi internado novamente para cumprir medida socioeducativa, foi o segundo choque para Zinha. Acreditava que o filho tinha aprendido com as escolhas erradas do passado e o susto a fez ver que não. “Estava frustrada com o caminho que Rafael tinha escolhido seguir mas coloquei tudo nas mãos de Deus e orei para que ele ficasse bem.” O espanto maior foi quando o homem infrator, considerado líder do bando da quadra 310, bateu na porta de casa pedindo para a mulher, na época com 40 anos de idade, pagar pelo revólver que o filho tinha tomado emprestado e que a polícia apreendera. “Fiquei abismada com a coragem dele de ter ido até a minha casa me cobrar por algo que eu nada tinha relação. Eu queria ter distância da vida de crimes que até o momento meu filho levava e tudo e todos relacionados a ela. Declarei que não pagaria e que ele não voltasse mais na minha casa. Ele respondeu então que mataria o meu filho”, disse, demonstrando indignação.

Uma semana depois de ser transferido para o Ciago, o menino Rafael, conhecedor da unidade de internação e cansado do ciclo de sua vida de liberdade restringida que se reiniciava, decidiu novamente “fugir” do centro socioeducativo. Me explicou, em minha casa pela manhã, que não era difícil escapar da instituição, que era aberta. “Os servidores que ficam nos vigiando são lerdos, parece que pouco faziam questão, e policiais não permaneciam lá dentro. O que eu fiz foi ser esperto e mentir para um dos vigilantes que estavam fazendo a segurança da porta de saída. Pedi que por favor me deixasse sair para comprar uns cigarros, eu não fumava (nunca gostei de tabaco), tampouco tinha dinheiro, mas não custava tentar essa estratégia como uma forma de escape.”

De acordo com a percepção do perfilado, o servidor se compadeceu dele, parecia muito ingênuo ou apenas indiferente, que o deixou ir ('vai rápido! É é para voltar hein') ao lado da unidade, onde havia um mercado pequeno, desde que ele comprasse cigarros para ele também. Aceitou a proposta e, assim que saiu do centro socioeducativo, entrou no primeiro ônibus que viu. Era um dia de muita sorte porque quando viu a linha era um transporte público que iria para Santa Maria. Andou a viagem inteira na parte da frente do ônibus e quando chegou perto da parada de casa, conversou com o motorista sobre a falta do dinheiro e ele o deixou sair.

Em casa, a mãe Zinha estava indignada com a questão do revólver. Disse que ele tinha que dar um jeito de pagar e que o dono da arma tinha batido na porta da casa para cobrar e que inclusive afirmou que iria mata-lo. Estava preocupado mas um pouco descrente. Ele conhecia o sujeito e na sua visão era boa pessoa, nunca faria aquilo com ele. Provavelmente, apenas queria assustar a mãe para que ela pagasse a quantia, que depois descobriu que era cento e cinquenta reais, a outra metade o comparsa ouvinte de assaltos tinha pago e era aparente que só faltava a dele. Decidiu ir conversar com o grupo.

As ruas de Santa Maria tem dias que são tão quentes que você sente o calor do asfalto queimando os chinelos. Esse era um desses dias. O grupo da quadra 310 estava reunido no mesmo lugar de sempre, na esquina da rua onde tinha o ponto de ônibus entre as quadras. Conversou com o líder da gangue com todos observando, Rafael conseguia falar oralmente e ler lábios, então a comunicação era difícil mas acontecia. Afirmou que não pagaria porque a culpa não tinha sido dela, a polícia tinha apreendido. Um dos componentes do grupo revoltou-se com a declaração e começou a espanca-lo. O chefe afirmou que ele tinha que pagar ou eles o matariam. “Voltei para a casa com a boca sangrando e clamando pela ajuda da minha mãe”.

Assustada, Zinha decidiu pagar o preço pela arma perdida. Chamou o líder do grupo para conversar e combinou de pagar o revólver em três parcelas. “Cento e cinquenta reais pode parecer pouco mas para nós não era”, diz.

Uma semana em liberdade, a polícia o prendeu novamente. Teve a audiência sobre a fuga na Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (tjdft). No Tribunal, Rafael reclamou que não queria voltar. Chorou, implorou,

fez sinais frenéticos e nervosos, de pedidos de desculpas e declarações de arrependimentos. “Eu não aguentaria ficar mais um dia que fosse em uma unidade de internação. A sensação de prisão, o medo, a vergonha, as aulas chatas, a falta de material artístico, os poucos amigos, a saudade da família, tudo misturado me deixaria louco ou depressivo e expus tudo isso na audiência. Também menti afirmando que tinha sido ameaçado de morte no Ciago e que se voltasse para lá me matariam enquanto eu dormia. O irônico era que eu tinha sido ameaçado de morte nas ruas de Santa Maria, do lado de fora, não do lado de dentro. Mas, preferia correr o risco do que voltar.”

O Tribunal novamente aceitou as propostas de Rafael desde que voltasse a estudar. Parecia um padrão que se repetia mas estava decidido a não deixar a mesma situação ocorrer. Descobriu a falsidade dos 'amigos' da quadra 310, o quanto eles apenas se importavam com o dinheiro que ele provia com os assaltos e o quanto nada daquilo valia a pena. Estava determinado a abandonar todo aquele mundo de mentiras e violência e realmente voltar a estudar.

Rafael tem um amigo ouvinte que é muito estiloso e é mc de rap, o nome é Alex mas é conhecido como mc Hadda. Conheceu-o quando tinha 14 anos e o encontrou no shopping e começaram a conversar porque ficou encantado com as roupas e estilo, que ainda era desconhecido para ele. Depois, ao voltar para a vida de estudante, com 17 anos e vivendo longe do crime em Santa Maria, reencontrou-o e começaram a combinar de jogar videogame juntos. Alex sempre o aconselhava a fugir dos bandidos e das drogas, ele conhecia o passado dele e temia que voltasse para ele. Hoje, acredita que sem a ajuda do mc talvez realmente não tivesse conseguido seguir em frente.

mc Hadda apresentou Rafael ao mundo do *hip-hop*. Também era o mundo das ruas, que o garoto tanto gostava, mas ao contrário do que conhecia, o novo universo era permeado por arte e cultura. Um dia ele o convidou para ir a uma festa de *hip-hop* vê-lo se apresentar. Curioso, o jovem surdo aceitou ir ao evento e para surpresa própria encontrou-se apaixonado pelo movimento, as cores, as danças, roupas, e trejeitos dos simpatizantes do estilo de vida que surgia diante dos olhos. O amigo é cantor de *rap* e apesar de não ouvi-lo tinha adorado o show. “Eu me senti integrado, acolhido, as pessoas dançavam *breakdance* (estilo de dança de rua característico do movimento *hip-hop*) e

aquilo parecia mágico. Eu não ouvia música alguma, tampouco tinha noções de ritmo. mas saí da celebração com a certeza de que queria aprender a dançar igual”, diz rindo. Dito e feito.

Na festa, Rafael conheceu um dos dançarinos profissionais de *breakdance*, conhecidos como *b-boys*, tornaram-se amigos e o mesmo começou a dar aulas particulares e gratuitas da dança para o jovem surdo. Quando me contou sobre ter aprendido a dançar, eu não demonstrei surpresa. Já tinha visto Rafael fazendo passinhos em festas, e até mesmo, arrastando o corpo pelo chão, em movimentos ágeis e típicos do *breakdance*. Ele podia não escutar a música que estava tocando mas decorava as sequências de dança que tinha que fazer. “Eu via que os meninos que dançavam participavam de competições e viagens para outros estados para eventos. Eu queria conseguir tudo isso também. Desejava me tornar dançarino profissional e ser reconhecido por alguma coisa legal que tinha feito. Logo percebi que ser *b-boy* não daria certo. Eu amava a cultura *hip-hop* mas ser dançarino não era para mim. Comecei a notar quando ia para festas e eventos, sempre apresentava o mesmo ritmo e os mesmos passinhos, astuciosamente decorados e ensaiados. Às vezes a música que tocava no momento não tinha nada a ver com o ritmo que eu estava dançando, ou pior, a música parava de tocar e eu continuava dançando. Me sentia bobo quando isso acontecia. No início, me entristeci por acreditar ter encontrado algo que me encantava e que me dava vontade de viver mas que por conta de minha deficiência era extremamente prejudicado. Em pouco tempo, abandonei a dança”, afirma, transparecendo estar um pouco triste com a situação mas resignado.

O amigo Alex, conhecido como mc Hadda, além de apresentar Rafael ao mundo da cultura *hip-hop*, também o ajudou a conseguir um emprego como vigilante no Parque da Cidade. No início, achou estranho trabalhar tanto para receber tão pouco. Comparava com a quantidade de dinheiro que ganhava quando praticava crimes. “Às vezes, em um assalto, eu ganhava mais do que com trabalho árduo recebia em um mês. Mas os aprendizados pelos quais passei na minha vida foram lições valiosas para mim. Trabalhava muito, mas dormia tranquilo. Não estava envolvido com nada errado e me sentia bem por isso. Cheguei a refletir sobre tudo que passei e me senti muito

arrependido. Percebi que as ações criminosas que realizei eram erradas. Porque tirava de quem trabalhava, e trabalhar não é fácil. Às vezes a gente procura alternativas fáceis para os nossos problemas quando na verdade são das difíceis que mais precisamos.”

Terminada a declaração, estávamos os dois emocionados. Resolvemos encerrar a entrevista porque já estava na hora do almoço. Após acabarmos a refeição, observei Odrus trabalhar enfaticamente nos desenhos, no período da tarde, noite e manhã do dia seguinte. Era fim de semana e ele não parecia cansar de trabalhar. Observava nos olhos dele a paixão que sentia pelo que fazia. Além do empenho com que se dedicava. No fim de semana que passamos juntos, Odrus fez três desenhos e pintou uma tela. Treinava ansioso porque segunda-feira começaria a pintar no Museu Nacional da República para a exposição da qual faria parte. Percebi também que o aplicativo WhatsApp, do celular, não parava de vibrar com convites e pedidos de trabalho para ele fazer grafite em lojas e para particulares. A cada convite de trabalho serviço visto, era um sorrisão na boca grande de Rafael.

Depois de ouvir e passar a conhecer tantas histórias do passado de Odrus, comecei a enxergá-lo de outra forma. Passei a ver nos olhos dele o jovem garoto de 16 anos que vivia em um mundo que não compreendia, que queria chamar a atenção mas não sabia como, desejava se comunicar mas apresentava dificuldades para fazê-lo. Queria se sentir incluído em algo e caíra em uma empreitada mafiosa. Um rapaz que tinha apenas perspectiva visual de mundo e que encontrou na arte uma forma de se comunicar com as pessoas.

*

Após desistir de seguir carreira como *b-boy*, o até então conhecido “garoto surdo dançarino de *breakdance*” ainda estava apaixonado pela cultura *hip-hop*. Um dia estava em um passeio com o amigo Alex, pelo Setor de Diversões Sul de Brasília, conhecido como Conic, centro de comércio e entretenimento muito conhecido no Distrito Federal. Andavam pelo centro quando avistaram um pequeno grupo ao redor de um livro grande em uma loja de skate. O livro era sobre grafite e as cores eram chamativas. A arte era pouco conhecida para a dupla e logo chamou a atenção deles. Aproximaram-se do grupo

e pediram para dar uma rápida olhada no livro. O nome do dono do objeto de interesse da dupla de amigos, é Leonardo, conhecido como Mello pelos muros pintados de grafite. Era recém morador de Brasília, tinha acabado de vir de São Paulo para morar na capital e mostrava para os novos colegas a prática que bombava pelas ruas da cidade que viera. “A cena de grafite em São Paulo é forte, o livro tinha fotos lindas dos muros de lá e eu estava novamente apaixonado. Só que agora por algo que combinava mais comigo”, nos revela o grafiteiro.

Odrus recordou-se que já tinha visto grafite em alguns muros pelo DF, mas na época a prática era incomum no quadrado então pouco conhecia. Lembrou que teve contato com algo parecido, a pichação, quando tinha quinze anos e riscara algumas paredes por Santa Maria com o grupo que cometia atos ilegais. Mas não era nada que levassem a sério ou que fosse relevante para eles. Três anos depois, encontrava-se com algo que aparentemente poderia ser considerado semelhante ao que já tinha feito, mas que tanto na teoria quanto na prática era diferente. “Pichação não tem compromisso com a arte”, me explica na quarta entrevista que fizemos para o perfil.

O nome grafite tem origem no italiano “*graffito*”, palavra usada para designar os desenhos de épocas remotas, feitos em cavernas e paredes por nossos antepassados. “*Graffite*”, por sua vez, é o plural de “*graffito*” e serve para designar os desenhos elaborados ao ar livre em geral.

Como sempre, estamos em minha casa, um calor sufocante da tarde de domingo, em uma residência com poucas janelas, o ventilador próximo da mesa em que estamos sentados, as unhas de Odrus encardidas de tinta e ele bebe um copo de café do qual não gosta. “Por que você bebe café se não gosta?”, o questionei. Rafael já tinha me dito que não é um dos maiores fãs da bebida preta e quente. “Porque eu preciso me manter acordado”, responde. Odrus tinha passado a noite pintando no Museu Nacional da República para a exposição do qual faria parte e que abriria na próxima semana. Era a segunda vez que passava a madrugada grafitando no local.

O convite para a exposição veio por meio de um amigo grafiteiro do DF conhecido como Soneka, que o informou pelo aplicativo *WhatsApp* do celular que ele tinha sido um dos artistas escolhidos pela produtora Paula Pratini para participar da

comemoração de aniversário do museu, que uniria obras clássicas da arte brasileira com contemporâneas exclusivas feitas especialmente para a celebração. A escolha foi justificada por ele ser um dos nomes de destaque no grafite do Distrito Federal e por possuir a deficiência auditiva, que seria um fato de estímulo e inclusão social.

A dificuldade de comunicação, algo constante na vida de Rafael, o trouxe dificuldades nas reuniões da exposição. Na primeira reunião, o grafiteiro surdo teve que faltar porque era às 17h de uma terça-feira, horário em que ele ainda estava no trabalho. Rafael trabalha na Anvisa como auxiliar de administração, um serviço burocrático em que analisa e classifica processos da agência reguladora. “Muitos artistas conseguem viver apenas da arte, mas não é uma conquista fácil de adquirir. Ganho alguns cachês em trabalhos pontuais mas não é uma renda fixa ou algo que consiga me sustentar. Claro que eu gostaria de focar apenas no trabalho artístico, que é o que eu amo fazer e me sinto bem fazendo, mas as contas não se pagam sozinhas, muito menos a pensão alimentícia”, ri e declara. Rafael tem quatro filhos.

No segundo encontro, passou a reunião inteira sem sequer saber qual seria o tema da exposição. “Como sempre não tinha intérprete e eu pouco entendi do que falavam. Quando uma pessoa conversa diretamente comigo e tenta pronunciar as palavras de forma lenta e com a boca mais aberta para eu conseguir ler os lábios, consigo me comunicar. Mas é difícil ler lábios com várias pessoas falando ao mesmo tempo, afinal eu só tenho dois olhos e não sou míope. Uma moça chamada Paula, que é da produção da mostra, me ajudou anotando algumas coisas importantes no meu caderno. Meu amigo Soneka, que não sabe libras mas tem familiaridade em se comunicar comigo, também me ajudou fazendo gestos em tentativas de me explicar sobre o que estavam conversando.

No final de tudo, eu pouco entendi. Apenas captei o mais importante. Eu teria que fazer um grafite que dialogasse com uma tela, pintura em óleo, que representava um osso, feita pelo artista Elder Rocha, e que tinha algo a ver com antropofagia. Lembrei vagamente do conceito da época de escola. Algo a ver com humanos comendo humanos. Pesquisei no site *Google* a definição e não gostei do que vi. Parecia algo demoníaco mas compreendi que era um conceito artístico e que eu poderia adaptar aos meus moldes. Me contentei com a ideia de transformar algo que considerei, em um primeiro momento,

grotesco em algo que eu gostasse”, me diz.

Ter conhecido o grafiteiro Mello na loja de skates no Conic, foi o que motivou Rafael a conhecer mais sobre o grafite. No dia em que o conheceu, pediu o número do telefone do artista, para que mantivessem o contato e trocassem informações. Na época, Rafael não tinha celular e a mãe que o ajudava com as ligações. “Minha mãe ligava para meus amigos e conversava com eles por mim para combinarmos de sair ou nos encontrar. Era chato ter sempre que precisar da ajuda de alguém mas antes não tinha outro jeito”, conta.

Mello gostou do entusiasmo do garoto surdo, que quando se conheceram tinha 18 anos, e que fazia de tudo para ter qualquer tipo de contato com o grafite. Odrus pedia livros, revistas de desenho, comprava materiais como sprays e latas de tintas, para treinarem juntos e aprender com o artista. “Mello me ensinou muitas coisas. Quando eu percebia que ele não queria sair comigo, eu avisava que iria pagar pelos materiais e ele aceitava. Eu já trabalhava e estava gastando todo o meu dinheiro com aquilo. Não tinha computador e também gastava dinheiro em lan houses (estabelecimento comercial onde os usuários pagam para utilizar computador com acesso à internet) baixando conteúdos de grafite e imprimindo tutoriais de desenhos.

Ao ver que eu estava me envolvendo com grafite, no início minha mãe me repreendera. Justamente pela questão financeira. Não gostava que eu gastava quase todo o meu salário com tintas. Ela dizia que eu estava jogando fora. O julgamento dela só mudou quando eu comecei a ser pago por alguns grafites e a ficar conhecido por isso. Agora com a exposição, ela está extasiada”, afirma feliz.

Se aprimorar em qualquer técnica artística não é um trabalho fácil. A ajuda do amigo Mello foi uma motivação e tanto para que o jovem Odrus se dedicasse ao aprendizado da arte pelo qual se apaixonara. Mas, a maior parte do trabalho de aprender e aperfeiçoar as técnicas é feita sozinha. Os rabiscos e treinos diários são essenciais para o crescimento do artístico. “Eu estava viciado em desenhar. Treinava sempre que podia. Apesar da ajuda inicial de Mello, me considero autodidata. O trabalho árduo de aprimoramento das técnicas artísticas eu tive que aprender e fazer sozinho”, diz.

“Engraçado que hoje eu sou todo certinho em relação aos locais onde faço a

gratagem mas no início não era assim. Antes eu me glorificava ao conseguir grafitar em locais onde não tinha autorização. A prática é conhecida como *Bomb*, e é feita com muita cara de pau e falta de respeito aos donos. Hoje eu reconheço porque já estudo a bíblia e sei que não é certo fazer algo dessa forma, mas antes era a graça da coisa. Às vezes eu saía pelas ruas de madrugada procurando muros para grafitar. Já grafitei lugares de difícil acesso, como de alta altura, inclusive fiz isso nos Estados Unidos.

Comecei fazendo artes pequenas, porque era mais rápido logo mais fácil também para escapar. Mas à medida que ia conseguindo, fui ficando cada vez mais ambicioso e buscando paredes maiores. Hoje sou apaixonado por muros gigantes. Hoje não faço mais *Bomb*, reconheço a tranquilidade que a legalidade me dá. Quando o espaço a ser pintado é grande, arte dá trabalho de fazer e é quando eu mais me sinto feliz. Me sinto bem quando me canso no processo, porque gosto quando demora acabar. Me detenho aos detalhes, bebo uma cerveja, prefiro quando fico o dia inteiro pintando”, diz

“Ou a madrugada”, o lembrei e nós dois rimos da situação pelo qual estava atualmente passando. Na correria da exposição no Museu Nacional da República, Odrus teve que passar duas noites sem dormir grafitando no local. O museu é um dos maiores pontos turísticos de Brasília, projetado por Oscar Niemeyer, e fica aberto de terça-feira à domingo das nove horas às 18h30. O grupo de artistas grafiteiros só tinham uma semana para realizar os trabalhos. Na segunda-feira 10 de abril de 2017, primeiro dia em que podiam grafitar no museu e único dia em que poderiam permanecer durante o dia inteiro, Rafael pouco pôde aproveitar a única oportunidade por conta do trabalho regular na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A única liberação que conseguiu do trabalho foi a de entrar uma hora mais cedo para poder também sair mais cedo durante a semana de grafitegem da exposição.

Correndo contra o tempo e ambicionando fazer um ótimo trabalho, passou duas madrugadas sem dormir pintando no museu. A primeira vez que madrugou, no mesmo dia teve que ir “virado” para a Anvisa, ler e classificar uma pilha de processos. “Meu olho ardia de sono mas eu tinha que me controlar para não chamarem a minha atenção”, diz. “Eu estava morto. Não tenho mais idade para ficar virando noites, já tenho 34 anos”, diz.

No primeiro dia em que foi pintar no Museu Nacional da República, eu o acompanhei para observar como seria e entrevistá-lo para o perfil. Quando cheguei, ele já estava lá e parecia agoniado com alguma coisa, andava de um lado para o outro, não estava pintando e mexia no celular. “Aconteceu alguma coisa?”, o perguntei. “A produção me informou que os meus sprays chegariam às 19h e já são 20h. Paciência.” Esse é o lema de Rafael para todo o incômodo que o acontece. Paciência. O sinal é feito com os dedos indicador e médio das duas mãos erguidos, com as palmas viradas para cima mas os outros dedos fechados, e uma dupla de dedos da esquerda em cima da mão direita, com o movimento de balançar para cima e para baixo. Um dos gestos mais feitos pelo grafiteiro surdo, uma espécie de mantra pessoal, que chega a ser a até mania de expressão. Aconteceu algo inconveniente que não era esperado? Paciência.

Ficamos aproximadamente trinta minutos conversando até um dos grafiteiros da exposição, conhecido como Satão, chegar com as tintas. Quando os sprays chegaram, Odrus correu para pegá-los pois aparentava estar extremamente ansioso para começar a pintar. Contudo, ao verificar que as caixas com o nome dele veio com tintas erradas, exasperou-se um pouco. “Faltam cores e algumas que vieram eu não pedi”, disse um pouco nervoso, o que é compreensível porque faria uma arte que marcaria a sua carreira artística. Tinha que ser perfeita e conforme havia planejado.

O perguntei se ele tinha informado à produção a lista de cores que precisava antes. Odrus afirmou com a cabeça e fez expressão de indignação como se aquilo fosse algo óbvio (e era). “Claro, olha” disse e pegou o celular do bolso. Me mostrou uma conversa no aplicativo *WhatsApp* com Paula, uma das organizadoras do evento. Ele tinha enviado fotos para ela de quatro paleta de cores. Verde, rosa laranjado e marrom. Contendo de três a cinco tons cada. Não tinha especificado quais cores daquelas queria. Parecia confuso. Eu não saberia identificar e comprar corretamente. Comentei que se ele tivesse enviado uma lista com os nomes das cores que ele precisava, de forma específica e clara de acordo com a marca a ser comprada, talvez teria dado certo e gerado menos problemas. Ao que ele respondeu: “Não sei.”

Odrus ficou cerca de trinta minutos verificando as caixas de sprays que chegaram, em busca vã pelas tintas que queria. Olhava a lista que veio junto com elas e comparava

com as tintas que ali estavam e repetia: “Está errado.” Por um momento eu temi que essa questão o impediria de começar a pintar naquela segunda-feira ou que atrapalharia o fluxo artístico dele de alguma forma. Mas, depois de uns quinze minutos, pegou as duas caixas de spray, segurando uma em cima da outra, oralizou para mim um “Paciências” (a forma em português como ele fala paciência, com um “s” injustificável), e caminhou até a parede que tinha um papel indicador escrito “Odrus”.

Perguntei-o que ele iria fazer com a situação e ele me respondeu que começaria com as tintas corretas que conseguira. “Dá para começar”, disse voltando o ar empolgado que me animava e que admiro. Me pediu para filmá-lo com o celular e fazer fotos enquanto pintava. Pegou o spray de cor marrom e começo a fazer traços grandes e espaçados na parede. A parede que ganhou é grande e a técnica que ele utilizava parecia que fazia primeiro o molde do desenho. Como um rascunho que não seria apagado, apenas preenchido por cima com outras cores.

A agilidade com que começou a trabalhar espantou a todos. Olhei ao redor e constatei que apenas dois artistas tinham começado a pintar, e não eram grafiteiros (a exposição também abarcavam artistas que trabalham com outras técnicas). Os companheiros de grafite que estavam no museu, utilizavam régua, mediam, conversavam, olhavam para a parede em branco, na minha percepção pareciam enrolar. Claro que importa é o tempo do artista. Lento ou veloz, o que é relevante é o conteúdo da obra final.

Rafael ronca. E não é de uma forma baixa e tranquila. Uma das causas do problema respiratório, é que Odrus não gosta de utilizar a máscara de proteção quando faz as grafitagens. Sendo que é muito importante utilizá-la porque os sprays possuem um cheiro forte e contém componentes químicos que fazem mal para a saúde. Vi várias vezes o grafiteiro pintando sem preocupação e de forma nada segura. “Eu já me acostumei com o cheiro e forte e não é algo que me incomoda. Sei que faz mal para saúde.” O diretor do Museu Nacional da República, Barja, estava com máscara no local e mesmo assim disse estar passando mal com o forte cheiro das tintas.

Era o primeiro dia de Odrus de sete dias de trabalho e todos espantaram-se com tamanha rapidez com que ele desenvolveu sua parede. Um dos grafiteiros que estava no

museu, chamado Satão, e Paula, da produção, inclusive chamaram a atenção dele pedindo, em uma espécie de piada, para ir mais devagar. “É o Odrus Flash”, disseram brincando. Contudo, a agilidade do artista surdo parece ter agradado o diretor do museu. O senhor magro, de cabelos brancos, que dizia-se tonto com o cheiro das tintas, se aproximou de mim, eu com meu caderno de anotações, e afirmou: “Anota aí que ele é sensacional.” Eu acabei trabalhando como intérprete quebra-galho para o perfilado. Barja, me chamou para conversar e senti que da conversa viria algo bom.

O diretor do museu me levou em um canto e me mostrou uma parede grande perto da entrada (estávamos no segundo andar do museu) e disse: “Quero que o Odrus pinte aqui também. Ele é muito rápido e gostei do trabalho dele. Ele traduziu muito bem a ideia da antropofagia. Diz que ele está de parabéns. Traduz isso para mim”, disse e fomos buscar Rafael para explicá-lo. Estranhei ao perceber que ao voltar, Barja levava a outra parede da que ele havia me mostrado. “Quero que ele faça essa também”, disse apontando para a nova que mostrava. Expliquei para admirado grafiteiro que quase pulou de alegria. “Nossa agora são três!”, disse. Mas, por conta do prazo apertado que tinham para a finalização das paredes e abertura da exposição, Odrus pintou apenas duas paredes mesmo.

*

Uma semana após a inauguração da exposição no museu, acompanhei um dia de trabalho formal de Rafael. O grafiteiro tem como profissão oficial, que está na carteira de trabalho, digitador mas na prática trabalha separando e classificando documentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Explica que é porque possui problemas na visão, apesar de não usar óculos (“não uso por pura teimosia”, diz), e não pode passar horas em frente a um computador (mas aparentemente mexe muito no celular).

Era início de semana, uma segunda-feira, e o perfilado esqueceu de avisar à supervisora de que eu visitaria o local, e até mesmo solicitar a permissão da minha entrada no prédio. O que atrapalhou um pouco o que eu tinha planejado fazer. Eu

pretendia acompanhar Rafael por toda a rotina, desde a chegada à Anvisa, e o primeiro contato com os colegas, até a saída. Mas, por causa da falta de aviso, tive que aguardar duas horas no saguão do edifício, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento (sia). Quem me informou, e explicou o motivo da espera, foi Barbara Lima, supervisora de Rafael. A moça tem 27 anos, baixa estatura e longos cabelos negros.

Rafael bate o ponto às 13h em ponto, conta que não pode se atrasar sequer dez minutos que é chamado a atenção. Então ele teve que ir para a sala em que trabalha, no subsolo do prédio, enquanto eu aguardava duas horas para resolverem se eu poderia ou não entrar. Barbara me explicou que a questão é que eu não poderia permanecer a tarde inteira observando o grafiteiro porque minha presença no local poderia atrapalhar o trabalho dos surdos. “Eles já são muito desatentos e lidam com documentos importantes, não podem se dar o luxo de errar”, disse.

Barbara trabalha como intérprete contratada pela Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe), entidade que atua na defesa e garantia de direitos para as pessoas que possuem deficiência. Um dos programas de assistência da associação é a inclusão no trabalho. Logo, os surdos, por exemplo, são contratados pela Cetefe que é contratada pelos entes públicos, como a Anvisa.

O programa de inclusão possibilita que pessoas surdas trabalhem juntas, possibilitando a comunicação entre elas, como o próprio Rafael afirma: “Eu gosto de trabalhar com o Cetefe porque assim trabalho junto com outros surdos. Já trabalhei em empresa privada só com ouvintes e ninguém conversava comigo. Me sentia isolado.”

Após o horário de espera, Barbara veio me buscar e me encaminhou até a sala onde Rafael trabalha junto com os outros contratados do Cetefe. A sala localiza-se no subsolo do edifício, não tem janelas e é um tanto quanto insalubre. Tem um ar-condicionado velho que parece ventilar mais poeira do que vento. Ao comentar sobre isso, uma das funcionárias surdas, chamada Alinne, disse que isso era o de menos, o pior era quando chovia que acontecia problema nos canos dos banheiros de cima que o cheiro de esgoto descia para a sala deles.

A sala apresenta duas mesas brancas grandes onde os funcionários do Cetefe, na Anvisa, no período da tarde, especificamente, todos surdos e um homem cego de um

olho, sentam juntos para classificar arquivos. Reparei que Rafael estava sentado na última cadeira ao fim da mesa, afastado de todos e perguntei para Barbara o porquê. “É porque ele estava recebendo muitas reclamações de conversa. Ele gosta muito de parar o serviço para conversar e eu já o adverti várias vezes. Ultimamente ele tem tentado se disciplinar e sentado no canto para evitar distração”, esclareceu.

Ao fazer uma pergunta para a supervisora em português, recebi uma advertência também. “Você não sabe libras?”, ela questionou. “Sei mas ainda não me sinto segura para conversar nas duas línguas ao mesmo tempo”, expliquei. “Ah, então eu traduzo para você. É que os surdos não gostam quando os ouvintes falam em português e não traduzem para libras. Eles ficam perdidos e não é justo com eles.” Concordei.

Nas duas horas que observei Rafael com uma luva na mão direita e outra descoberta, atentamente folheando páginas de documentos longos, ele não parou o trabalho para conversar com ninguém, nem mesmo comigo. Fiquei com a sensação de que era justamente porque estava sendo observado e queria mostrar-se trabalhador impecável no perfil. No decorrer da conversa com Barbara, ela confessou que todos os surdos conversam muito, não apenas Rafael. “Ele não é único que recebe advertências por parar de trabalhar para conversar. Eu acredito que é uma característica da cultura surda. Eles conversam muito e sobre tudo. Quando começam a falar não querem parar. Se eu e os outros supervisores não estabelecermos limites eles não completam o serviço que devem fazer.” Perguntei se os ouvintes também não conversam enquanto trabalham ao que ela me respondeu: “Mas eles não precisam necessariamente parar de trabalhar para conversar. A gente consegue ouvir e falar enquanto faz outras coisas. Eles precisam para tudo para utilizar as mãos durante a comunicação.” Entendi um pouco da situação, mais em relação ao contraste visual dos dois cenários do que do argumento em si. Até porque creio ser difícil concentrar-se em conversas paralelas e classificação de documentos, tanto em língua falada quanto em língua de sinais.

Rafael também possui reclamações em relação às regras e tratamento que recebe da Cetefe. Já tinha me informado antes não achar justo os surdos não poderem conversar durante todo o período de trabalho, enquanto o que mais observa são as bocas dos ouvintes a abrir e fechar. “Os ouvintes é que são os tagarelas. Mas as pessoas não

compreendem a língua de sinais. Parece que oralizar as palavras é mais fácil e rápido, por isso vocês conseguem se safar com isso. Ou é só preconceito mesmo”, diz. Outra queixa é que caso chegue sequer quinze minutos atrasado, precisa voltar para casa porque recebe falta por causa do atraso. Também no horário do lanche da tarde às quinze e meia. Eles têm exatamente quinze minutos para ir até uma lanchonete por exemplo, fazer um pedido, aguardar a produção, comer e voltar. “Eu não estou esnobando. Agradeço muito o que a Cetefe faz para nós surdos. É muito difícil sermos contratados e se a associação não existisse talvez eu não tivesse trabalho algum. Mas precisa tratar os surdos da mesma forma que os ouvintes são tratados no local de trabalho. Um exemplo nítido é que não podemos sequer tocar no celular para olhar as horas enquanto vemos ouvintes a mexer nos celulares sempre que querem. Às vezes parece que somos escravos”, desabafa.

A supervisora Barbara também disse que Rafael é muito distraído, às vezes para o trabalho e fica olhando para o nada. “A impressão que eu tenho é que ele procura qualquer motivo para interromper o trabalho. Quando não é para conversar é para ficar viajando dentro da cabeça dele. Não sei se tem muitas coisas acontecendo na vida dele para ele ficar tão desatento ou se ele simplesmente não gosta de trabalhar aqui. Acho que um pouco dos dois”, diz a intérprete. Comentei com o grafiteiro sobre isso e ele desabafou que não gosta de trabalhar com documentos, gosta mesmo é estar na rua grafitando, desenhando, pintando telas. “Eu não reclamo do meu trabalho porque sei como é difícil conseguir um, ainda mais sendo surdo, então valorizo o que eu tenho. Se o Cetefe me demitir estou lascado porque por fora dificilmente conseguiria um emprego. Não é impossível mas é bem mais difícil. Mas claro que se eu pudesse apenas focar na minha arte, aprimorar minhas técnicas artísticas com total dedicação, eu preferiria. Penso muito nisso, no quanto de amigos grafiteiros que tenho que conseguem viver apenas da arte que fazem, principalmente quando têm família que apoiam financeiramente”, declarou.

*

O grafite pode não ser tão valorizado no Brasil mas existem outros países em que

a arte urbana se destaca com maior intensidade. Um deles é os Estados Unidos, que em setembro de 2016 sediou na Califórnia o evento Meeting of styles, que reuniu artistas grafiteiros do mundo inteiro. Odrus foi um dos convidados como representante do Brasil pela empresa Eskis, dona de marcas de sprays que garantiu a passagem e permanência durante duas semanas do artista no país. A hospedagem ficou por conta de uma amiga, chamada Kathryn Sprankle, curadora de arte, que conheceu virtualmente e fez questão de abrigá-lo. Rafael viajou sozinho e afirma que, apesar da dificuldade de comunicação, conseguiu se virar e inclusive realizava passeios na cidade de São Francisco por conta própria.

Neste ano, Odrus recebeu o convite de uma curadora alemã para participar de uma exposição na Galeria de Nuhremberg, na Alemanha. Mas, apenas a taxa de inscrição custava dois mil reais e Rafael não tinha condições para bancar. Entrou com um pedido de apoio na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, que com seus editais e burocracias, mostrou-se tão lenta que Odrus perdeu o prazo de inscrição para a exposição.

Mas, Odrus empolga-se ao contar que também foi convidado pelo Festival Internacional Clin d'Oeil, de artistas surdos, que ocorreria em julho na França, como representante do Brasil, na área de artes visuais. O festival o contratou para realizar uma oficina de grafite para adultos e crianças surdas na cidade de Reims. A produção do evento pagou a passagem, hospedagem e alimentação do grafiteiro. Para ajudar com os custos extras de viagem, Rafael fez uma rifa de uma cesta de chocolates, e a vende por onde passa. “Não tenho vergonha de fazer rifa para arrecadar dinheiro, isso é o de menos. Vergonha é roubar e eu já passei por isso também”, conta rindo.

“Só tenho um sonho de que o grafite e a arte surda no geral sejam valorizados aqui no Brasil também, só como é em outros países. Assim, eu poderia viver do que eu amo.”

Texto
Luana Pereira Silva

Orientação
Paulo Roberto Assis Paniago

Faculdade de
Comunicação

Universidade de
Brasília

Agosto, 2017